

**11/6/1986**

**CAMPO**

**Sarney estende a Previdência aos trabalhadores rurais**

por Helena Daltro

de Brasília

"A paz é indispensável ao trabalho. E, portanto, hora de desarmar os ânimos e dedicar-se à produção". A declaração foi feita ontem pelo presidente Jose Sarney em nota distribuída no Palácio do Planalto, em que Sarney anuncia dois decretos estendendo benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais e afirma que o governo inicia neste ano "um processo ousado de reforma agrária" para render mais benefícios às famílias que residem no campo.

Os dois decretos foram assinados ontem pelo presidente na presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães. O primeiro decreto estende a todos os estados os serviços de atendimento do INAMPS aos trabalhadores rurais e o segundo institui o pagamento de benefícios relativos ao acidente de trabalho para as mulheres e os filhos menores de trabalhadores rurais que também exercem um trabalho assalariado ou autônomo no campo.

Na nota distribuída pelo Planalto, o presidente afirma: que "devemos tentar aproximar a situação dos trabalhadores do campo à dos trabalhadores das cidades, sob pena de não conseguirmos atenuar o drama do êxodo rural. Não é admissível discriminar o trabalhador do campo; o campo alimenta o Brasil e vamos modificar sua face com a nova política de crédito agrícola, os programas de irrigação e sobretudo com a reforma agrária. Mais ainda poderá ser, feito se os próprios homens do campo se ajudarem uns aos outros".

Os dois decretos foram considerados por Raphael de Almeida Magalhães oportunos, num momento em que se intensificam os conflitos e a violência no meio rural. Na nota oficial, Sarney, aborda o assunto: "Estamos iniciando um processo de reforma agrária. Processo ousado, que começará ainda neste ano a render benefícios para milhares de famílias pobres do campo brasileiro. Processo que será continuado nos próximos anos, de tal maneira a aprofundarmos políticas e transformarmos mentalidades, para que a busca de um melhor equilíbrio no campo não seja um objetivo passageiro, mas uma preocupação permanente. Sabemos que os desequilíbrios no campo são incompatíveis com a democracia estável que desejamos".

Os benefícios aos trabalhadores rurais instituídos por dois decretos segundo o presidente, vão corrigir essas distorções. A extensão dos serviços de atendimento de saúde para o meio rural já existia nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina, devido a um movimento "enérgico" dos trabalhadores do Rio Grande do Sul e do Paraná, no ano passado, que reivindicavam o benefício, segundo o ministro. Agora serão estendidos aos demais estados com o objetivo de cobrir ainda neste ano, de forma gradual, uma população de 8,5 milhões de pessoas que trabalham no meio rural. Os serviços vão proporcionar mais 850 mil internações e 16,15 milhões de consultas médicas. Os recursos previstos são de CZ\$ 1,2 bilhão, pagos pela receita da previdência.

Os custos dessa medida, segundo Raphael de Almeida Magalhães, não vão onerar o INAMPS, pois o órgão dispõe, para este ano, de um orçamento de CZ\$ 45 bilhões. Além disso, o decreto

presidencial está dentro da meta do governo de amenizar os problemas na área social. "É no campo que estão os maiores bolsões de miséria", afirmou o ministro.

O outro decreto de Sarney, segundo o ministro, "corrige uma distorção absurda que existia no meio rural", onde somente os homens recebiam benefícios relativos a acidentes de trabalho. Agora, as mulheres e os filhos de trabalhadores rurais que também exercem um trabalho assalariado ou autônomo no campo vão ter direito ao benefício, que varia entre 40 e 60% do salário mínimo.

Para receberem o benefício e ter direito aos serviços de saúde, os trabalhadores rurais assalariados ou autônomos devem inscrever-se na Previdência Social, segundo o ministro.

O pagamento do salário relativo a acidente do trabalho custará ao governo, até o final deste ano, CZ\$ 400 milhões. O gasto anual com o benefício, portanto, será de CZ\$ 800 milhões.

***(Página 8)***